

Túnel no fim da luz

Wilson Figueiredo

O presidente Collor é do tipo que só se arrepende do que não faz. E, como faz de tudo um pouco, dá-se por satisfeito e não vê do que arrepender-se. Mas a soberba política é pecado mortal. Quem se arrependeu primeiro foi o eleitor dele, embora a soma das circunstâncias, a favor e contra, não modifique as conseqüências.

Para o contribuinte, o ano se encerra deixando à vista o que parece túnel no fim da luz que banha o presidente com melhores índices econômicos para dezembro. A inflação saudou-o em outubro em nome da hiperinflação, que faz constar a disposição de não vir mais. Dezembro, pelo zodíaco político, é o mês em que a inflação se sacia com o indefeço décimo terceiro salário: O palpite presidencial era o tigre, mas tem dado a hiena. Janeiro pagará a conta.

Nem os devotos do sobrenatural se lembraram de examinar, em plano superior: as relações conflitantes entre a inflação e o décimo terceiro, que não se tratam como causa e efeito desde os anos sessenta: desrespeitam os assalariados, e deixam de fora os desempregados. E Marx ficou rouco.

As boas expectativas do consumidor conspicuo ficaram a ver navios depois da vitória de Collor. De um lado e de outro, porém, todos os eleitores pareciam convencidos da iminência de alguma coisa definitiva. Tudo indicava que, daquela vez, o Brasil iria — só não sabiam aonde. A hiperinflação dava a entender que, mais cedo ou mais tarde, seria nossa hospede. De preferência, mais cedo. Desconfiança fundada ou confiança infundada? Somente ela poderia restabelecer a desconfiança o mais cedo possível. Enquanto não fosse experimentada, o brasileiro se sentiria um inadimplente em relação ao século XX. Não era, por nada não, mas não queria passar a História sem essa. Desconfiava de que, sem hiperinflação, o Brasil não conheceria a modernidade.

Seria ao menos o começo do fim: Ao contrário do que Fernando Sabino propalou, de que no fim tudo dá certo (e quando não dá é porque ainda não é o fim), em começo de governo nada dá certo e, se eventualmente der, é porque

já não é o começo, e sim o fim. A única exceção sabida é o socialismo, que deixou de dar certo no fim.

Podia não estar escrito, e não estava — história, no singular e no plural, escreve-se depois e não antes — mas com toda certeza estava indexado que o brasileiro não passaria desta para a pior sem experimentar a sensação forte de uma hiperinflação. Seria uma espécie de detergente para remover o atraso geral e depois começar tudo de novo, com um toque de modernidade. O brasileiro otimista tem um alter ego pessimista. Era a nossa vez, mesmo do avesso.

Os tratados não registram, com o seu próprio nome, a presença da hiperinflação na Antiguidade. A História do Brasil se refere à carestia, como ficou conhecida antes de adotar o nome de inflação e de decidir se era de demanda ou de consumo. Estará, no entanto, o brasileiro preparado para a hiperinflação? Ao menos no sentido de que não venha a se arrepender logo depois que ela se instalasse entre nós?

É fato que o brasileiro não dá sinais de arrependimento por ter vivido tanto tempo em inflação, que é pecado venial comparado à hiperinflação. Com esta não há conversa fiada sobre acordo político ou pacto social. Tudo fica para depois que ela tiver feito o que lhe compete: zerar. O pacto possível no Brasil pressupõe a hiperinflação para se viabilizar a salvo de todas as suspeitas. Ela faz o que seja necessário e parte para outro país.

Inflação não se combate, ajeita-se. Com um bom indexador, o Brasil mostrou ser possível manter à distância a hiperinflação, mediante uma razoável convivência com a inflação. As ingênuas tentativas de acabar primeiro com a indexação deram com os burros nãgua. Primeiro a inflação: sem ela, os indexadores perdem a função e o emprego. Os dois últimos governos se esqueceram de combinar com a inflação. Nada feito.

Um ano depois da eleição presidencial direta, os eleitores e o eleito perceberam o engano: falta de atenção de uns e falta de pontaria do outro. Errou até o candidato que perdeu, por motivos óbvios: Se os economistas não são capazes de dar conta da inflação, a solução teria de ser a mais natural de todas.

A grande dificuldade em política sempre foi reconhecer à primeira vista a solução natural, que geralmente passa despercebida entre as que preferem chegar às causas na contramão. Os franceses não se cansam de advertir para o risco de preterir o natural, que volta a galope. Os mineiros aprendem desde cedo a ficar de olho nas soluções naturais, e nunca se arrependeram. Variam as razões de franceses e mineiros, mas o benefício não.

Dois anos depois, a questão continua a mesma. Natural, no caso específico, era deixar que a hiperinflação passasse à frente da inflação e, completado o serviço, se retirasse deixando os pobres onde sempre estão e os ricos mais próximos deles, mas separados por uma respeitável distância. Naturalmente, completado o serviço, ela iria embora, como fez por onde andou.

As diferenças entre inflação e hiperinflação, na teoria, são conhecidas do brasileiro que lê. Os demais ficaram intimos da inflação na prática, e conhecem a hiper de ouvir falar. A hiperinflação não estava escrita, mas implícita quando Collor se empossou. A oportunidade era imperdível: O presidente tinha 35 milhões de votos intactos. Quem, como o eleitor, vinha de dois governos coniventes com a inflação, estava por tudo. Com a hiperinflação, seria tudo ou nada. Ela não conversa. Aplica ao pé da letra a recomendação de Maquiavel, que considera mais útil ser temido do que ser amado.

Com a inflação à brasileira — isto é, com indexação — dá-se o oposto: pobres e ricos dispensam-lhe consideração porque ela faz aqueles se sentirem abonados e estes, como sempre, não têm de que se queixar. Quando a hiperinflação finalmente comparece, o melhor estilo *cheguei!* — os economistas não estão mais ai para explicar. Tratam de se escaferer enquanto é tempo. Não deixam endereço nem telefone.

O Brasil coleciona grandes oportunidades perdidas: a Copa do Mundo em 1950, as diretas já em 85, a morte de Tancredo Neves, o parlamentarismo na Constituinte e, por último, a hiperinflação que o presidente Collor assustou com um tiro. Como a política, a economia também se recusa a dar a última palavra sobre o que quer que seja.